

# O ENSINO E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO NO VALE DO RIO DOS SINOS/RS

*Teaching and the nationalization campaign  
in Vale do Rio dos Sinos/RS*

*La enseñanza y la campaña de nacionalizaicón  
en Vale do Rio dos Sinos/RS*

Fernanda Gälzer<sup>α</sup>, Magna Lima Magalhães<sup>β</sup>  
e Claudia Schemes<sup>∞</sup>

Fecha de recepción: 06/04/2022 Fecha de aceptación: 23/05/2022

**Resumo.** Durante as décadas de 1930 e de 1940, no Brasil, a valorização da identidade e da cultura brasileira em detrimento de manifestações culturais das populações de imigrantes passaram a ser discutidas, através da Campanha de Nacionalização. A educação foi uma das áreas mais influenciadas, pois, através do ensino, buscou-se constituir um ambiente considerado mais brasileiro. Nessa perspectiva, este artigo visa verificar como a nacionalização do ensino, desenvolvida durante o governo de Getulio Vargas, conhecido como Estado Novo (1937-1945), influenciou no cotidiano das escolas e dos alunos, na região do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, localidade onde os primeiros imigrantes alemães se fixaram para colonizar o estado, a partir de 1824. Entre as principais modificações identificadas através das fontes orais e documentais consultadas estão a obrigação do ensino e uso do idioma nacional no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Brasilidade; Estado Novo; Imigrantes alemães; Nacionalização.

---

<sup>α</sup> Dpto. De Historia, Facultad de Historia, Universidad Feevale. ERS 239, 2755, 93525-075, Novo Hamburgo, Brasil. fernandagalzer@feevale.br  <https://orcid.org/0000-0002-5699-2331>

<sup>β</sup> Dpto. De Historia, Facultad de Historia, Universidad Feevale. ERS 239, 2755, 93525-075, Novo Hamburgo, Brasil. magna@feevale.br  <https://orcid.org/0000-0001-9661-4178>

<sup>∞</sup> Dpto. De Historia, Facultad de Historia, Universidad Feevale. ERS 239, 2755, 93525-075, Novo Hamburgo, Brasil. claudias@feevale.br  <https://orcid.org/0000-0001-8170-9684>

**Abstract.** *During the 1930s and 1940s, the valorization of Brazilian identity and culture at the expense of cultural manifestations of immigrant populations started to be discussed through the Nationalization Campaign. Education was one of the areas most influenced by this tendency, as it was thought that through teaching, the country could achieve an environment considered more Brazilian. From this perspective, our article aims to determine how the nationalization of education, developed during the government of Getúlio Vargas known as Estado Novo (1937-1945), influenced the daily lives of schools and students in the region of Vale do Rio dos Sinos, in Rio Grande do Sul. This was where the first German immigrants had settled to colonize the state beginning in 1824. Among the main changes identified, through the oral and documentary sources consulted, is the obligation to teach and use the national language in the school environment.*

**Keywords:** *Brazility; Estado Novo; German immigrants; Nacionalization.*

**Resumen.** *Durante las décadas de 1930 y 1940, en Brasil, comenzó a discutirse la valorización de la identidad y la cultura brasileña en detrimento de las manifestaciones culturales de las poblaciones inmigrantes, a través de la Campaña de Nacionalización. La educación fue una de las áreas más influenciadas, pues, a través de la enseñanza, se buscaba un ambiente considerado más brasileño. En esta perspectiva, este artículo tiene como objetivo verificar cómo la nacionalización de la educación, desarrollada durante el gobierno de Getulio Vargas, conocido como Estado Novo (1937-1945), influyó en la vida cotidiana de las escuelas y estudiantes de la región del Vale do Rio dos Sinos, en Rio Grande do Sul, lugar donde se asentaron los primeros inmigrantes alemanes para colonizar el estado, a partir de 1824. Entre los principales cambios identificados a través de las fuentes orales y documentales consultadas está la obligación de enseñar y utilizar la lengua nacional en el ámbito escolar.*

**Palabras clave:** *Brasilidad; Nuevo Estado; Inmigrantes alemanes; Nacionalización.*

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos XIX e XX, o Brasil recebeu, através da imigração, considerável número de estrangeiros dispostos a se estabelecerem no País. Parcela daqueles imigrantes, muitos vindos da Europa, preservou práticas culturais trazidas de seus países de origem, sendo um

dos aspectos mais relevantes a língua de imigração,<sup>1</sup> e as perpetuou para seus descendentes.

Durante as décadas de 1930 e de 1940, a valorização da identidade e da cultura brasileira, em detrimento de manifestações culturais das populações de imigrantes, passou a ser discutida, através da Campanha de Nacionalização, que foi «[...] planejada e executada durante o Estado Novo (1937-1945), em nome da unidade nacional, como processo de assimilação forçada de alienígenas».<sup>2</sup> A Campanha de Nacionalização dava-se por meio de ações «nacionalizadoras» em diversos campos do cotidiano, como na educação, na imprensa e na vigilância.<sup>3</sup>

Nessa perspectiva, este artigo<sup>4</sup> visa a averiguar como a educação tornou-se fundamental para a Campanha de Nacionalização e sua atuação como meio de educar a população para a brasilidade, durante o governo varguista. Além disso, objetiva-se verificar como a nacionalização do ensino influenciou no cotidiano das escolas e dos alunos, na região do Vale do Rio dos Sinos,<sup>5</sup> no Rio Grande do Sul, Brasil. Cabe ressaltar que essa região possuía forte presença de descendentes de alemães, pois foi onde

<sup>1</sup> Jussara Habel justifica que a variedade linguística denominada de dialeto deve ser considerada uma língua, pois possui um sistema linguístico. Com o intuito de valorizar os dialetos, dar visibilidade, identidade e conferir existência jurídica, sugere-se utilizar a denominação de língua de imigração. O conceito de dialeto frequentemente está associado a uma conotação pejorativa, já que não é considerado uma língua oficial e, seguidamente, no caso do dialeto alemão, é visto como alemão «errado», «quebrado» ou «misturado». Habel, Jussara Maria. «Os nomes do Hunsrückisch: aspectos linguísticos e extralinguísticos da denominação de línguas de imigração». *Entrepalavras*, Fortaleza, 7, no. 2 (2017): 314-330.

<sup>2</sup> Giralda Seyferth, «Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo», em *Repensando o Estado Novo*, Dulce Pandolfi (Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999), 200.

<sup>3</sup> René E. Gertz, *O Estado Novo no Rio Grande do Sul* (Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005).

<sup>4</sup> Este artigo foi baseado na dissertação de mestrado *O cotidiano de imigrantes alemães e de seus descendentes durante a campanha de nacionalização, no vale do Rio dos Sinos/RS* orientada pela prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magna Lima Magalhães.

<sup>5</sup> A região do Vale do Rio dos Sinos compreende parte da antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, a qual foi a primeira a receber imigrantes alemães no estado sul-rio-grandense. De acordo com o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos (CONSINOS), a localidade fica na região metropolitana de Porto Alegre/RS e compreende as atuais cidades de Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. A maioria dessas cidades, com exceção de Novo Hamburgo e de Canoas, na época, não eram municípios independentes, mas distritos de São Leopoldo. Por isso, neste trabalho, ao falar do município leopoldense, deve-se considerar sua configuração da década de 1940.

os primeiros imigrantes germânicos se fixaram para colonizar o estado a partir de 1824.

Para isso, utilizaram-se fontes disponíveis nos acervos locais, tais como correspondências recebidas e expedidas da prefeitura de São Leopoldo (RS), e dois jornais de circulação local (*Correio de São Leopoldo* e *O 5 de Abril*).<sup>6</sup> Essas fontes foram analisadas após um levantamento de informações sobre o emprego de cartas, jornais e relatos para a historiografia.

Destaca-se, nesse sentido, que a pesquisa com correspondências levanta uma série de questionamentos que o historiador procura, na medida do possível, responder, como, por exemplo,<sup>7</sup> «Quem escreve/ lê as cartas? Em que condições e locais elas foram escritas? Qual ou quais o(s) seu(s) objetivo(s)? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem?». Por esse motivo, faz-se necessário conhecer o contexto em que a carta está inserida e os indivíduos envolvidos, permitindo a composição de um quadro analítico abundante.<sup>8</sup>

O emprego de jornais, por sua vez, justifica-se porque a imprensa «registra, comenta e participa da história».<sup>9</sup> O estudioso ainda afirma que

Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas.<sup>10</sup>

Além dos critérios utilizados para qualquer tipo de fonte, os jornais passaram por uma análise que considerou diversos aspectos, como a

<sup>6</sup> As correspondências e o jornal *Correio de São Leopoldo* pertencem ao acervo do Museu Visconde de São Leopoldo (MHVSL). O jornal *O 5 de Abril* foi consultado no Arquivo Público de Novo Hamburgo e na Biblioteca da Universidade Feevale.

<sup>7</sup> Angela de Castro Gomes, «Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo», em *Escrita de si, escrita da História*, organizado por Angela de Castro Gomes (Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004), 21.

<sup>8</sup> Teresa Malatian, «Narrador, registro e arquivo», em *O historiador e suas fontes*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (São Paulo, SP: Contexto, 2009), 195-222.

<sup>9</sup> Maria Helena Capelato, *Imprensa e história do Brasil* (São Paulo, SP: Contexto, 1988), 13.

<sup>10</sup> Capelato, *Imprensa e história do Brasil*, 24-25.

localização da notícia, se era a manchete, matéria principal ou secundária, a quantidade de espaço disponibilizado para sua exibição, o que demonstra a importância dada à notícia, o enfoque do assunto noticiado e o público-alvo.<sup>11</sup>

A fim de melhor identificar como a ação governamental influenciou a educação, entrevistaram-se antigos moradores da região para verificar como a nacionalização fora percebida por eles.<sup>12</sup>

Compreende-se que se uma totalidade concreta passada não pode ser alcançada em sua forma original, mas construída a partir de depoimentos e narrativas de pessoas que viveram o momento e o interpretaram, conforme suas vivências e contribuições àquela realidade. Pode-se dizer, então, que essa opção metodológica pode contribuir muito na busca de vozes esquecidas, excluídas e renegadas pela historiografia oficial, como grupos étnicos e pessoas comuns, comunidades e outros excluídos dos processos históricos.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindo não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. [...] Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. [...].<sup>13</sup>

Considerando esses aspectos, este artigo está dividido em três partes. Primeiramente, apresenta-se um breve panorama sobre a nacionalização do ensino. Em seguida, aborda-se a influência da nacionalização na educação da região e, por último, discorre-se sobre ações de brasilidade que atingiam as escolas e a população em idade escolar.

<sup>11</sup> Tânia Regina de Luca, «História dos, nos e por meio dos periódicos», em *Fontes históricas*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky (São Paulo, SP: Contexto, 2011), 111-153.

<sup>12</sup> A pesquisa foi desenvolvida a partir de oito interlocutores. Para este artigo, quatro entrevistas servem como fonte histórica. Os entrevistados assinaram carta de cessão, concedendo os direitos da entrevista. Optou-se por fazer pequenos ajustes nas narrativas para evitar vícios de linguagem.

<sup>13</sup> Paul Thompson, *A Voz do Passado*, 2.ed. (São Paulo: Paz e Terra, 1998), 44.

## A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO

Desde o início do século XX, a nacionalização do ensino era discutida por diversos intelectuais no Brasil, mas, durante o período do Estado Novo (1937-1945), entrou efetivamente em pauta para ser executada. Naquele momento, o cenário político possuía «disposição do governo de enfrentar resistências à imposição de procedimentos coercitivos» e contava com uma «conjuntura em que toda a ideologia dominante estava fundamentada na afirmação da nacionalidade, de construção e de consolidação do Estado Nacional».<sup>14</sup>

Nessa perspectiva, a educação serviria para auxiliar no êxito do projeto político do governo varguista, que propunha a consolidação e a valorização da nacionalidade, da brasilidade, buscando constituir a identidade de um novo brasileiro para o Novo Estado e, assim, contrapor o que seria aceito como nacional e o que seria estrangeiro.<sup>15</sup> Para a efetivação do projeto, a padronização do ensino era necessária principalmente para atingir os núcleos estrangeiros nas zonas de colonização, posto que eram considerados um entrave para a afirmação da identidade nacional. Assim sendo, a intervenção e a nacionalização do ensino passaram a ser prioridades do governo.

A preocupação com as zonas de colonização também foi ampliada devido ao contexto mundial das décadas de 1930 e 1940, em especial devido à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O conflito iniciado na Europa repercutiu no Brasil, principalmente no ano de 1942, quando embarcações brasileiras passaram a ser afundadas por submarinos alemães, após o fim da neutralidade do País e seu definitivo posicionamento contra as nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Isso acarretou maior vigilância e atenção com as populações de imigrantes e descendentes desses países e, conseqüentemente, maior rigor com a nacionalização.

Cabe considerar que a nacionalização do ensino afetava diretamente as crianças e os jovens que frequentavam as escolas, pois procurou

---

<sup>14</sup> Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa, *Tempos de Capanema* (São Paulo, SP: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000), 91.

<sup>15</sup> Helena Maria Bousquet Bomeny, «Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo», em Dulce Pandolfi, *Repensando o Estado Novo* (Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999), 137-166.

regulamentar a vida escolar, estabelecendo normas a serem seguidas por todos, em todas as instâncias. Entre as medidas, a educação foi utilizada para auxiliar na consolidação da identidade brasileira, principalmente através do conhecimento e do uso prioritário da língua portuguesa.

Para tanto, diversos decretos foram criados, como o Decreto-lei nº 406, de 1938, que, além de tratar da entrada dos estrangeiros no País, estabeleceu normas para a educação, sobretudo em áreas rurais, onde estavam mais preservados os costumes dos imigrantes. Determinou, ainda, o ensino exclusivo em português e regulamentou o material didático, que deveria ser escrito na língua nacional, além de proibir o aprendizado de idioma estrangeiro para menores de 14 anos. Esse decreto também tornava obrigatório o ensino da História e da Geografia do Brasil e estipulava que as escolas deveriam ser administradas por brasileiros natos. Um decreto posterior (Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938) incluía a obrigatoriedade do ensino cívico.

Mais tarde, o Decreto-lei nº 1.545, de 1939, destacou a importância do ensino para a nacionalização, já que seria um dos caminhos para a adaptação ao meio nacional. A partir desse decreto, o Ministério da Educação e Saúde tornou-se o responsável pela criação de escolas e bibliotecas, assim como pela fiscalização do ensino de línguas e a formação dos professores.

Com foco na educação das crianças e dos jovens, através do Decreto-lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, estabeleceu-se a obrigatoriedade de educação cívica, moral e física e criou-se a Juventude Brasileira, a fim de desenvolver o sentimento de brasilidade e o respeito à pátria, bem como estimular o cumprimento dos deveres com o País.

Em nível estadual, o Decreto nº 7.614, de dezembro de 1938, exigia que a população brasileira aprendesse português, conforme segue: «não lhes é lícito ter por língua materna outra, que não a Portuguesa», considerando haver «centenas de escolas em que se desconhece o idioma do País e que, servindo a núcleos de população de origem imigratória constituem sério embaraço à integração nacional as novas gerações».

Visando à nacionalização do ensino e ao aprendizado do português, o decreto indicava que o ensino primário era obrigatório e no idioma brasileiro, proibindo línguas estrangeiras nas escolas primárias. Além

disso, esses educandários não poderiam receber auxílio financeiro estrangeiro nem ter diretores que não fossem brasileiros.

A nacionalização do ensino e, conseqüentemente, a constituição da nacionalidade deveria seguir três aspectos: um conteúdo nacional para todas as escolas, com a exaltação de heróis, instituições e autoridades nacionais, destaque ao catolicismo e emprego do português; padronização das instituições escolares em todos os níveis educacionais, bem como de material didático, com controle e fiscalização do órgão federal de educação; assimilação da cultura brasileira por parte dos diversos grupos étnicos existentes, terminando com suas manifestações culturais.

No estado sul-rio-grandense, o ensino passou por uma nacionalização progressiva, mas, durante o Estado Novo, devido ao contexto de ascensão do nazismo e do nacionalismo, tornou-se mais efetiva. A nacionalização foi orientada «para uma assimilação compulsória dos imigrantes (alemães) e seus descendentes para a integração com os valores político-culturais da nação a partir de abril de 1938».<sup>16</sup> Uma das maiores preocupações eram as escolas étnicas, pois, em sua maioria, ainda na década de 1930, ensinava-se na língua materna dos imigrantes.

A partir do Estado Novo, a nacionalização do ensino tornou-se, pois, mais rigorosa, buscando «a formação de uma consciência nacional entre os cidadãos de núcleos etnicamente homogêneos», principalmente através do uso obrigatório do português e do conhecimento sobre a história e aspectos físicos do País.<sup>17</sup> No Rio Grande do Sul, a nacionalização foi intensa, especialmente pela atuação do então Secretário da Educação, Coelho de Souza, engajado no projeto. Conforme apontado por Kreutz,<sup>18</sup> o secretário da educação estadual registrou, no livro *Denúncia* de 1941, que a nacionalização do ensino se dava por medidas preventivas escolares e extraescolares, bem como por medidas repressivas.

As medidas preventivas tratavam da ampliação da rede estadual, com instalação de mais escolas, a nomeação de professores, a nacionalização rigorosa das escolas particulares e a criação do Corpo de

---

<sup>16</sup> Lucio Kreutz, «A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino», em *Nacionalização e imigração* alemã, organizado por Telmo Lauro Müller (São Leopoldo: Unisinos, 1994), 20.

<sup>17</sup> Kreutz, «A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino», 45.

<sup>18</sup> Kreutz, «A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino», 45.

Delegados Escolares Regionais e de Orientadores Técnicos. As medidas extraescolares, por sua vez, estavam vinculadas às ações em comemoração de datas cívicas e ao envio de crianças do interior para a capital do estado para participarem das festividades. No tocante às medidas repressivas, elas refletiam, sobretudo, no fechamento de escolas e na prisão de professores.

## O AMBIENTE ESCOLAR

O idioma alemão era uma constante em muitos estabelecimentos de ensino, o que passou a ser um empecilho combatido pelo governo. Em textos da época, é recorrente a citação sobre a importância de aprender o português. Em um deles, intitulado «A nacionalização do ensino e as escolas paroquiais», publicado pelo *Correio de São Leopoldo*, em 22 de novembro de 1941, o Secretário de Instrução Pública leopoldense e diretor do periódico, Carlos de Souza Moraes, expôs a situação das escolas paroquiais que, em sua maioria, estavam seguindo a legislação, mas alguns eram resistentes:

Ali, logo que se iniciou oficialmente a benemérita campanha de fiscalizar a atividade do professor, procurou-se, com resultado, constituir um ambiente mais brasileiro, no sentido de que o escolar aprendesse efetivamente a nossa língua e conhecesse melhor nossa história; aqui, isto é, nas aulas superintendidas por comunidades religiosas, a questão tornou-se mais difícil, devido ao precário espírito de brasilidade ou falsa compreensão de seus deveres para com a Pátria, por parte de alguns poucos ministros confessionais.

Souza Moraes indicava que os religiosos estariam fazendo campanha contra a escola pública e citava que alguns ministros estariam atuando «contra a execução do programa de nacionalização», entre os quais o padre José M. Kroetz,<sup>19</sup> de Dois Irmãos, e indicava como os religiosos agiam para subverter a nacionalização:

<sup>19</sup> Santos relata que o padre Kroetz enviou, em março de 1941, uma carta ao prefeito de São Leopoldo, reclamando que a «escola paroquial localizada em Picada São Paulo (atual Município de Morro Reuter), pertencente à Paróquia de Dois Irmãos, fora tomada pela municipalidade, mesmo com o apoio da Igreja Católica à Campanha de Nacionalização». A correspondência integra o Acervo Carlos

Espetáculo contristador e desolador! Ministros de Deus, brasileiros pelo nascimento, sabotavam as ordens do governo, acobertando o ensino em alemão, nas classes dirigidas pela comunidade! E adversários das leis de nacionalização, chegaram ao ponto de, à guisa de instrução religiosa, transferirem escolas para dentro de capelas, onde, assim poderiam ministrar, em língua estrangeira, o ensino, à margem de qualquer fiscalização ou desconfiança do poder público.

No texto de Moraes, é possível perceber a importância atribuída ao ensino da língua portuguesa e a oposição à língua estrangeira, bem como a valorização da escola como espaço de fomento à brasilidade.

Em um sentido próximo ao exposto por Moraes, no tocante aos religiosos e à imposição da língua estrangeira, a interlocutora Sra. Hildegard, que estudou em uma escola de cunho confessional e étnico em São Leopoldo, relembra que, no início da sua educação escolar, no começo da década de 1930, um pastor responsável pela escola fez uma tentativa de forçar o uso da língua alemã:

No colégio Centenário, isso no tempo antes da guerra, antes da Segunda Guerra, no início dos anos 30. Quando nós estávamos no colégio Centenário. Então já havia um movimento dos nazistas. E essa professora Doninha já estava lá, ela era nossa professora de português. Então, naquela época, ainda o pastor Wolff estava lá, aqui em São Leopoldo. E ele nos proibiu de falar português durante o recreio. Ele já queria mudar a mentalidade. Então, nós fizemos o nosso grupinho e fomos correndo para a professora Doninha:

- Doninha, o Pastor acabou de nos proibir de falar o português.

- Ah, mas eu vou falar com ele e é já.

Ela foi falar com ele, ele nunca mais tocou no assunto. Eu acho, nós não assistimos, mas ela deve ter passado uma compostura, e como ela era uma pessoa mais idosa, de respeito, ele acatou.

Na década de 1930, o germanismo foi reforçado no estado, por possuir um governo estadual mais simpático aos alemães e por causa da

---

de Souza Moraes - MHVSL. Santos, Rodrigo Luís dos, «O nacionalismo brasileiro em uma área de imigração», em *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, 13, no. 27 (2015): 227.

ascensão do nazismo. Possivelmente, o episódio relatado pode ter sido influenciado por esse contexto, visto que era uma escola étnica alemã e luterana, ou seja, vinculada com a Alemanha e favorável ao germanismo.

A Sra. Lia Paz, a Sra. Gertha Bühler e Sra. Hildegard Dietzold, todas, atualmente, com mais de 90 anos, iniciaram a vida escolar na década de 1930 em escolas comunitárias de confissão luterana. Ao serem entrevistadas, mencionaram que, durante algum período, tiveram acesso ao ensino em alemão. A Sra. Hildegard, por exemplo, que estudou no Colégio Centenário, atual Instituto Rio Branco, em São Leopoldo, disse que foi alfabetizada nos idiomas, português e alemão, e que aprendeu a forma de escrita alemã denominada *Sütterlin* na escola. A Sra. Gertha mencionou que, inicialmente, o ensino era exclusivamente em alemão na escola localizada no antigo distrito de Bom Jardim (atual Ivoti), mas, devido à nacionalização, introduziu-se o português:

Eu tive dois anos de aula, tudo em alemão, com o professor aqui nessa escola velha, agora não existe mais, com o professor Ninof. Ele até ensinava nós a cantar: *Deutschland, Deutschland über alles*; o hino da Alemanha. [...] Depois do terceiro ano, já tinha um professor que era formado nessa escola [Instituto Ivoti - ISEI], o professor Kremmer, então era tudo em português. Mas primeiro, tudo era em alemão, até caligrafia, eu sei ainda, sei tudo nessa letra, o ABC eu sei corretamente em alemão.

Para a Sra. Gertha, a justificativa para aprender o português estava vinculada à comunicação:

Quando entrou o professor Kremmer, a gente tinha que aprender tudo em português, ele dizia que nós podíamos escrever uma vez uma cartinha para um amigo ou uma amiga, ou para quem a gente quer. Daí eu fui para a casa da avó, ela sabia um pouquinho de português, a minha avó, a mãe da minha mãe, a Luiza. Daí eu disse: «vó eu não sei escrever cartinha coisa nenhuma, como é que eu vou escrever?»; Ela disse: «Escreve: querida amiga, como é que tu vais, eu vai bem». Não sabia os verbos, isso eu nunca esqueci na minha vida «eu vai bem». Depois o professor corrigiu isso. Daí vai aprendendo os verbos e a gente vai se introduzindo.

Na situação descrita pela interlocutora, a avó procurava transmitir o pouco que sabia do vernáculo para a neta, a fim de auxiliar na tarefa proposta pelo professor. O erro da conjugação verbal e a realização dessa atividade foram avaliados pela entrevistada como um marco importante no seu aprendizado do português, pois auxiliaram na compreensão da relevância de saber o idioma nacional e ter coerência na sua fala e na escrita.

Alguns interlocutores comentaram que, mesmo com a proibição, o idioma devia ter permanecido presente no ambiente escolar, pelo menos por um tempo, devido à adaptação dos alunos. A Sra. Lia, que possuía em torno de 15 anos no início da década de 1940, acredita que a escola Sinodal e o Instituto Pré-Teológico, localizados na cidade de São Leopoldo, por terem sido internato e receberem alunos que sabiam apenas falar o idioma de imigração, permaneceram realizando aulas em alemão. O Sr. Florêncio, de 68 anos, que nasceu na década posterior à nacionalização, presume que o idioma alemão tenha permanecido na instituição do Morro do Espelho, uma vez que seu pai era professor na época pesquisada e não sabia fluentemente o português:

Meu pai falava português, falava mal, mas falava português, e minha mãe falava português fluentemente. Então eles não tiveram restrições. E no colégio onde o pai lecionava, meu pai veio para o Brasil para ser professor, e no colégio, esse o Instituto Pré-Teológico, que era este colégio que eu te falei, lá a língua oficial era o alemão, só se falava em alemão, não se dava aula em português, nem nada. Era tudo em alemão. [Durante a guerra] que eu saiba sim, continuou se falando alemão. Acredito que sim que era mantido em alemão.

As duas instituições escolares mencionadas pelos interlocutores, o Instituto Pré-Teológico e o Ginásio Sinodal, eram subvencionadas ao Sínodo Rio-grandense. Possivelmente, ambas procuraram se adequar à legislação vigente, lecionando em português, porém, o Sinodal possuía aulas de idioma alemão, conforme é possível presumir a partir de uma correspondência remetida pelo então diretor da instituição, Pastor Rodolfo Saenger, ao Delegado de Polícia de Ordem Política e Social, Plínio Brasil Milano, em fevereiro de 1945.<sup>20</sup> No documento, o diretor

<sup>20</sup> A carta pertence ao acervo de *Correspondências Recebidas da Prefeitura de São Leopoldo -1945-* MHVSL. Porém, ela não era direcionada à prefeitura, sendo uma cópia do original, possivelmente estava anexada a outra correspondência que não foi localizada. O documento alude a explicações

apresentou indícios do funcionamento da escola, devido a uma denúncia realizada contra o colégio: «a frequência das aulas de Alemão no Ginásio Sinodal era absolutamente facultativa, sem mesmo a aparência de coação [...] sendo todas as disciplinas ministradas naturalmente no vernáculo, com exceção apenas do ensino das línguas vivas, francês, inglês e alemão». Além disso, relatou que, no «ano letivo de 1941, o horário da 3ª série [...] apresentou quatro aulas de português, enquanto o programa oficial exige apenas três, e duas de alemão».

O cumprimento da legislação para a nacionalização do ensino municipal era uma preocupação da administração de São Leopoldo. Para se certificar de que o ensino era realizado em língua portuguesa e para buscar qualificar sua rede educacional, o município, devido à nacionalização, realizou uma prova para averiguar o conhecimento de seus professores, conforme publicação oficial da prefeitura divulgada em 1938,<sup>21</sup> logo após o Decreto-lei nº 406. Seguindo a legislação estadual, determinou, em maio de 1938, que os professores municipais e os particulares subvencionados deveriam comprovar a aptidão para o cargo a partir de uma prova escrita e oral que contemplasse conteúdos de Português, Aritmética, Geometria, História do Brasil, Geografia e Ciências.

Percebe-se a influência da nacionalização no concurso, a partir da correspondência do Secretário de Instrução Pública, Carlos de Souza Moraes, ao Secretário de Educação Estadual, expondo que o «exame de suficiência» foi realizado, «a fim de excluir os que desconhecem o vernáculo e história pátria».<sup>22</sup> Após a avaliação, os professores não aprovados no exame foram demitidos, entre eles, o docente do distrito de Lomba Grande<sup>23</sup> e dois professores do distrito de Sapucaia, por não terem realizado a prova.<sup>24</sup>

---

relacionadas a uma «denúncia do Sr. Vitorio Zanella Netto [pai de uma aluna] contra o Ginásio Sinodal», relacionado ao ano letivo de 1941. Não há data do envio da carta, apenas um carimbo de protocolo da prefeitura de São Leopoldo, indicando a data de 18 de fevereiro de 1945.

<sup>21</sup> «Ato oficial», *Correio de São Leopoldo* (junho, 1938): p. 2.

<sup>22</sup> Carlos de Souza Moraes. «Carta a Coelho Souza», 22 agosto 1939, Correspondência. MHVSL.

<sup>23</sup> Carlos de Souza Moraes. «Carta a Manoel Ignácio da Silva », 1 novembro 1938, Correspondência. MHVSL.

<sup>24</sup> Carlos de Souza Moraes. «Carta a Antônia Ramires Silveira », 1 novembro 1938, Correspondência. MHVSL.

Nesse contexto, os professores tiveram seus contratos revogados por não estarem qualificados de acordo com o regimento municipal. Entretanto, em alguns casos, em que o professor não era «qualificado» para o cargo, ocorreram atitudes mais drásticas, como «perseguição a professores; professores foram presos» e «muitos renunciaram ao magistério».<sup>25</sup>

A Sra. Hildegard relata sobre a sanção e a obrigatoriedade do ensino em português e sobre o fechamento de muitas escolas:

Isso [proibição do uso de idioma estrangeiro] se espalhou, porque já existia o rádio. Então aquilo foi assim uma ordem. Então, eles começaram também a perseguir as escolas. Os professores das colônias mais afastadas, eles davam aula em alemão. Tiveram que fechar esses colégios, e não tinha professores lá para lecionar em português. Então essa gente do interior sofreu bastante com isso.

Várias escolas foram fechadas por não se adequarem ao projeto de nacionalização, que objetivava uma padronização do currículo escolar, tendo como base o ensino obrigatório em português, além de disciplinas que auxiliassem com o conhecimento histórico e cívico sobre o Brasil.<sup>26</sup>

Kerber *et al.*<sup>27</sup> realizaram pesquisa com pessoas que estudaram em escolas étnicas alemãs durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo e destacam que

Os depoentes das escolas públicas, tais como os das escolas católicas e luteranas, lembram a proibição da língua alemã. Contudo, essa lembrança não é tão associada à violência quanto nas escolas étnicas. Por um lado, isso pode ser explicado pelo fato de

---

<sup>25</sup> Telmo Lauro Müller, *A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica* (São Leopoldo, RS: Unisinos, 1994), 71.

<sup>26</sup> Estima-se que 393 escolas evangélicas foram fechadas durante o Estado Novo. Em 1941, das 513 escolas existentes, somente 120 estavam em atividade (MÜLLER, 1994). Sobre o número total de escolas fechadas durante o Estado Novo, há uma divergência, conforme apontado por Kreutz (1994; 2010), o Secretário de Educação Estadual apontou 241 escolas particulares fechadas, já o interventor do estado, indicou 91 escolas, números também divergentes dos apontados por Müller (1994).

<sup>27</sup> Alessander Kerber, Claudia Schemes e Cleber C. Prodanov, «Memória das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo/RS», *Revista Brasileira de História da Educação* 12, no. 2 (2012): 164.

que nas escolas étnicas o ensino em língua alemã antes da Campanha da Nacionalização era mais recorrente do que nas escolas públicas. Por outro lado, nas escolas étnicas, o corpo docente e discente era composto em sua grande maioria por descendentes de imigrantes alemães, enquanto nas públicas a composição étnica não era tão claramente definida.

Mesmo assim, pode-se afirmar que a nacionalização do ensino interferiu na educação da região do Vale do Rio dos Sinos, como evidencia uma carta enviada, em 1939, por uma comunidade do interior de Dois Irmãos, denominada Picada Verão.<sup>28</sup> Assinada por 22 homens, todos com sobrenome de descendência alemã, relatava a difícil situação em que se encontravam, devido à nacionalização do ensino, e solicitava o envio de um professor para a localidade, a partir da intervenção do prefeito junto ao Secretário de Educação, «para que nos mande uma professora ou professor, temos o prédio escolar e uma casa ao lado para família se tiver, e que, também está à disposição».

A partir da carta, é possível notar que se trata de uma escola comunitária e de confissão luterana –«todos somos da comunidade do Sínodo Rio-grandense»– e que o professor a ser enviado não precisava necessariamente ser dessa religião, ficando claro que o importante era o aprendizado das crianças: «não fizemos questão a que religião pertença a professora, fizemos questão que os nossos filhos aprendam principalmente a ler e escrever o vernáculo». A carta é rica em detalhes, demonstrando a situação complexa que estavam enfrentando, devido à dispensa do professor, que não atendia aos critérios aceitáveis na época:

Que há aproximadamente 18 meses o conselho do nosso estimando subprefeito dispensamos um professor que mantínhamos na nossa escola, pelo fato do mesmo não satisfazer o ensino aos nossos filhos, principalmente a língua Pátria, falhas estas, que nós não prestávamos atenção, pois, que a nossa aula existe a mais de sessenta anos consecutivos e nunca houve quem se interessasse pelo melhoramento do ensino como Vossa. Excia.

<sup>28</sup> Júlio Closs et al «Abaixo-assinado da comunidade de Picada Verão», junho, 1939. MHVSL.

Na escola, que, até então, atendia às necessidades da comunidade, o ensino era realizado em alemão, de modo que uma parcela significativa da população ficava sem saber o português, o que, perante aquele contexto, não era mais suficiente. Outro problema comum na época era conseguir professores para as regiões interioranas, a exemplo do que ocorreu em Picada Verão. Pelo que consta, foi aberta uma escola pública, prática adotada pelo governo estadual de então, que procurava instalar escolas públicas para a oferta do ensino gratuito e como medida preventiva contra a escola étnica. Entretanto, não era muito fácil a manutenção do profissional da educação, conforme é relatado na mesma correspondência supracitada:

Apesar de que tenha sido criada uma escola Estadual, a que, em 1938, os nossos filhos passavam neste ano com apenas 2 meses de aula, dos quais, em julho, 15 dias foram ministrados pela professora Sta. Osta Müller, que foi quando aqui chegou a professora nomeada pelo Estado. Esta infelizmente não se agradando do lugar, alegou motivos injustos da casa na qual se achava hospedada, para conseguir a sua transferência [...]. Passados três meses, Vossa. Excia., atendendo aos nossos pedidos, nos enviou uma professora Municipal e que foi a Sta. Emma Josefina quando entrou em férias [...] nomeada este ano para outro lugar, estando nossa aula novamente fechada, assim, em vez de nossos filhos se nacionalizarem, o que é o nosso maior desejo, estão se criando analfabetos [...].

Como exposto na carta enviada em 1939, a educação era uma prioridade dos moradores, da mesma forma, a necessidade da nacionalização das crianças através do aprendizado do português. Os moradores demonstraram preocupação com a situação, pois estavam prejudicando suas crianças, que não conseguiam concluir um ano letivo e apresentavam defasagem no ensino. O aprendizado do idioma nacional fazia-se importante para a inserção na sociedade brasileira, pois, conforme mencionado, vivenciaram situações humilhantes por não saberem a língua portuguesa. Eles citaram que alguns membros da comunidade serviram ao exército brasileiro, no entanto, enfrentaram problemas por não saberem o vernáculo,<sup>29</sup> posto que «atendendo o chamado da Pátria; quando

---

<sup>29</sup> O serviço militar durava um ano, porém possuía duração diferente caso o indivíduo não dominasse o Português: duraria um ano e meio para quem não soubesse ler nem escrever em Português e,

foram incorporados, tanto nós pais, como eles se lembravam dos dias humilhantes pelos quais deveriam passar até poderem se entender com os seus camaradas e atender a voz de comando de seus superiores [...]».

Por todo o conteúdo da correspondência, percebe-se o contexto de nacionalização do ensino, a dificuldade encontrada por essa comunidade por não falar o português e sua preocupação com a educação. Observa-se, ainda, que a comunidade procurava se integrar à sociedade brasileira, por terem filhos que participaram do Exército e por aceitarem o «conselho» do subprefeito, para retirar o professor, buscando atender às leis em vigência.

Em carta datada de 15 de junho de 1939, quinze dias depois da carta inicial, foi enviado um ofício, nº 180, ao então Secretário de Educação, Coelho de Souza, solicitando a nomeação de um professor, mas não foi encontrado nenhum indício de que a situação foi resolvida. Anos depois, em junho de 1944,<sup>30</sup> o prefeito encaminhou uma carta ao Secretário de Educação, relatando novamente a falta de professor: «[...] localidades de Picada Verão e Walachai, situadas no distrito de Dois Irmãos, reclamam insistentemente o preenchimento das escolas isoladas estaduais, ali localizadas e há dois anos abandonadas por falta de professores». O prefeito, entretanto, citou que, para contornar o problema, haviam sido criadas escolas: «[...] resolvemos criar nessas povoações duas unidades escolares municipais, em face dessa lamentável ocorrência, que trouxe manifesto prejuízo para a nacionalização do ensino».

A preocupação com a estrutura escolar e com a ampliação da rede de ensino evidenciou-se em diversos documentos. Em correspondência<sup>31</sup> enviada à prefeitura de São Leopoldo, expedida pela Secretaria de Educação Estadual, havia um «plano» para «resolver o problema da Instrução Pública». Entretanto, a situação financeira do Estado não permitia a solução imediata, devendo ocorrer em um período de dois a três

---

dois anos para quem não falava fluentemente. Além de um período maior de serviço militar, quem não sabia o Português poderia enfrentar situações de discriminação no Exército, pois, conforme Bertholdo. Cancelli, Elisabeth. *O mundo da violência*. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 1994.

<sup>30</sup> Theodomiro Porto da Fonsseca, «Carta a Coelho de Souza», 17 de junho de 1944, Correspondência, MHVSL.

<sup>31</sup> Coelho de Souza, «Carta a Theodomiro Porto da Fonsseca,» 21 de setembro, 1938, Correspondência, MHVSL.

anos. Para conseguir um melhor planejamento, solicitava um relatório, conforme segue: «Grupos e Aulas Isoladas de que carece esse município, bem como a relação das aulas vagas da comuna, destacando aquelas que devem ser atendidas em primeiro lugar, preferindo-se as zonas servidas por escolas particulares, recentemente nacionalizadas ou a nacionalizar». Ainda citou a criação de novas unidades escolares, nas quais o «Estado fornecerá professores, mobiliário e material», cabendo ao município fornecer o prédio, mas «construído de acordo com o tipo padrão elaborado pela Secretaria das Obras Públicas, aliás de preço reduzidíssimo».

O município de São Leopoldo demonstrava engajamento na nacionalização e envolvimento na preparação dos professores, na aplicação da lei e na ampliação de escolas. Em uma reportagem,<sup>32</sup> foi citado que o governo municipal tinha a «instrução como objetivo primordial de seu governo» e, por esse motivo, estava abrindo escolas para acabar com o analfabetismo.

A preocupação com os professores foi perceptível pela prova realizada em 1938, pela comunicação com a Secretaria de Educação solicitando professores e pela vigilância para a execução da legislação, que pode ser averiguada em uma correspondência dirigida a todos os subprefeitos, que eram orientados a vigiar os professores. Em carta<sup>33</sup> aos subprefeitos do município, foi solicitado que verificassem se os docentes estavam trabalhando com assiduidade e quanto ao uso do português: «[...] no que se refere à frequência de professores e o lecionamento dados aos senhores alunos em língua estrangeira».

Na rotina escolar, também havia averiguações rotineiras. A inspeção poderia ser programada ou sem aviso para a escola. René Gertz<sup>34</sup> relata que o «secretário de Educação, Coelho de Souza, fazia visitas não anunciadas para verificar *in loco* a execução das determinações oficiais». Durante o Estado Novo, ocorreram diversas visitas por parte do Secretário de Educação às escolas do Vale. Uma delas foi ao distrito de Campo

<sup>32</sup> Ivone Sérgio de Oliveira, «Alicerces», *Correio de São Leopoldo*, 15 de julho de 1939, p. 2.

<sup>33</sup> Carlos de Souza Moraes, «Carta a Subprefeitos» 14 de outubro de 1938, Correspondência, MH-VSL.

<sup>34</sup> Gertz, *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, 170.

Bom, onde compareceu no Grupo Escolar e no Colégio Sinodal.<sup>35</sup> Ele «inspecionou os referidos colégios, tendo encontrado tudo em perfeita ordem» e declarou:

Visitei vários colégios particulares nacionalizados: Colégio Sinodal de Campo Bom, os Colégios Católicos e Sinodal de Sapi-ranga, no Município de São Leopoldo, e o Colégio Sinodal de Sander, no município de Taquara. [...] assistindo aos trabalhos, examinando cuidadosamente todo o material escolar que estava nas classes e nos armários fechados, não encontrei uma só violação da lei de nacionalização do ensino. O Colégio de Sinodal de Campo Bom, dirigido pelo professor Poll, é modelar, tanto assim que convidei 4 alunos seus para virem a capital assistir as comemorações da Semana da Pátria e aqui serão hospedados no Palácio do Governo [...].

A visita realizada sem prévio anúncio às autoridades locais, conforme demonstrava o discurso, foi caracterizada como uma inspeção aos estabelecimentos e aos professores, já que houve a averiguação dos materiais para comprovar que não existiam conteúdos subversivos escondidos nos «armários fechados». O enunciado manifesta outra prática realizada pelo governo: a organização das «caravanas de coloninhos», uma prática realizada com o intuito de abrasileirar as crianças, enviando alunos, principalmente de regiões de colonização alemã, para visitar Porto Alegre. Durante a Semana da Pátria, elas eram hospedadas em residências de famílias brasileiras com o objetivo de demonstrar a empatia para com os estrangeiros que apoiassem a brasilidade e incentivar o civismo e o patriotismo.<sup>36</sup>

Outra averiguação ocorreu em julho de 1943, mas realizada por outra autoridade e de forma planejada pelo administrador distrital, a pedido do subprefeito, Glodomiro Martins,<sup>37</sup> como segue: «durante três dias (20, 21 e 22) estive no distrito de Joaneta, a snha. Ira Bier, orientadora de ensino da 2ª D. R. E., inspecionando as aulas estaduais, particulares e paroquiais». No que diz respeito às inspeções, havia uma autoridade

<sup>35</sup> «Dr. Coelho de Souza», *Correio de São Leopoldo*, 2 de setembro de 1939, p. 3

<sup>36</sup> Gertz, *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, 171.

<sup>37</sup> «De Joanete», *Correio de São Leopoldo*, 7 de agosto, 1943, p. 2.

indicada para a fiscalização das escolas, conforme correspondência de 7 de julho de 1942, enviada pelo prefeito de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti, ao Secretário de Educação. Na ocasião, o jornal *O 5 de Abril*<sup>38</sup> relatou que, no município, havia «fiscal de nacionalização do ensino particular e municipal», subsidiado pela Secretaria Estadual.

Destaca-se, nesse sentido, que a Secretaria de Educação atuou firmemente para o êxito da nacionalização do ensino, através de suas inspeções, da criação de escolas e do desenvolvimento de normas para regulamentar o ensino. Entre essas normas, destaca-se a Portaria nº 2.235, de 4 de abril de 1941, que sugeria para as escolas escolherem «patronos para cada aula, nos estabelecimentos de ensino, cujos nomes não fossem ainda os de homens ou varões ilustres da nossa História», conforme reportagem publicada.<sup>39</sup> O documento indicou, ainda, que, seguindo as instruções, o Instituto Comercial São Luiz, em São Leopoldo, teria escolhidos os nomes de General Osório (patrono geral do Instituto), Dr. Oswaldo Cruz (cursos propedêuticos) e Dr. Rui Barbosa (curso técnico).

Possivelmente, as escolas municipais da região também designaram nomes patrióticos para suas aulas, bem como alterações de nomes de escolas, porém, não se identificaram informações relativas a esse ponto. Apenas sobre São Leopoldo, encontraram-se informações em um relatório,<sup>40</sup> enviado para Ernesto Pelanda, diretor de Estatística Educacional Estadual, em que constava uma lista com todos os 85 professores municipais, distribuídos em diversas escolas, com indicação do «nome da aula», da localidade, do distrito, do salário e observações.

Ao avaliar o nome das escolas, identificou-se relação com personalidades teuto-brasileiras, de modo que, das 56 escolas municipais, nove eram nominadas e vinculadas à origem alemã,<sup>41</sup> indicando que, mesmo

<sup>38</sup> «Importante ofício», *O 5 de Abril* (Novo Hamburgo), 17 de julho de 1942, p. 1.

<sup>39</sup> «Pela educação», *Correio de São Leopoldo*, 19 de julho de 1941, p. 2.

<sup>40</sup> Theodomiro Porto da Fonseca, «Carta a Ernesto Pelanda», 14 de outubro de 1943, Correspondência, MHVSL.

<sup>41</sup> As nove escolas eram: Dr. João Hillebrand (Feitoria – 1.º Distrito), Fritz Bier (Picada Schneider - 3.º Distrito), Cel. João Schmitt (Nova Vila - 3.º Distrito), Luiz Stabel (Bom Jardim - 3.º Distrito), Carlos von Koseritz (Bonnetal - 3.º Distrito), Pedro Weingaertner (Arroio Veado - 3.º Distrito), Henrique Meyer (Picada Café - 3.º Distrito), Prof. Jacob Wickert (Travessão de Dois Irmãos - 4.º Distrito), Padre Teschauer (Padre Eterno - 8.º Distrito).

sendo uma norma, não foi aplicada em todo o município. O fato de não alterar algumas indicações poderia estar relacionado a uma ideia de integração, que, talvez, o governo lançasse mão para demonstrar integração nacional.

Analisando o caso específico da escola Dr. João Hillebrand, criada em 1941, Santos indica que, mesmo sendo um «período de nacionalização e de abasileiramento dos nomes de instituições e locais de origem alemã», a municipalidade atribuiu esse nome ao estabelecimento. Tal atitude poderia ser explicada pela representação do ícone histórico na região, pois, ao analisar a trajetória dessa liderança alemã, viu-se que se posicionara a favor do governo durante a Revolução Farroupilha (1835-1845). Então, «ao assumir uma postura favorável ao Império do Brasil, se identificou e agiu como um brasileiro», sinalizando à população que «os imigrantes e seus descendentes de São Leopoldo deveriam se espelhar em Hillebrand, tornando-se brasileiros autênticos».<sup>42</sup>

Nessa perspectiva, observa-se que a nacionalização do ensino foi além da padronização do currículo e da vigilância, buscando educar a população também através de ações extraescolares, como será abordado a seguir.

## EVENTOS E ESPAÇOS DE EXALTAÇÃO DA BRASILIDADE

A nacionalização, a priori, ocorreria no ambiente escolar, atingindo as crianças e os jovens, que replicariam os conhecimentos no ambiente familiar. Para o restante da população, a nacionalização dar-se-ia através de eventos de exaltação da brasilidade. As festas cívicas, foram relevantes para o governo de Vargas, pois criavam uma teatralização da sociedade, enalteciam o líder nacional e difundiam as concepções cívicas e patrióticas.<sup>43</sup>

A festa durante o Estado Novo constituía, nesse sentido, um dos meios mais eficazes de controle social e a sua utilização tinha papel importante no disciplinamento dos cidadãos, com vistas ao controle do

<sup>42</sup> Rodrigo Luís dos Santos, «O nacionalismo brasileiro em uma área de imigração», 226.

<sup>43</sup> Claudia Schemes, *Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)* (Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2005).

corpo e da mente. Os ideólogos do regime difundiam uma noção de brasilidade que garantiria a segurança nacional, evitando a assimilação das minorias étnicas, linguísticas e culturais que haviam se instalado no Brasil, ameaçando a ordem social e a formação da «consciência patriótica brasileira».<sup>44</sup>

Nesse contexto, as comemorações da Semana da Pátria, do aniversário do Estado Nacional e do Dia do Trabalho, por exemplo, estavam repletas de mensagens que faziam crer que Getúlio Vargas havia conseguido mudar o curso da história brasileira. O então Presidente era representado como o produtor da felicidade da população e reproduzia, em seus discursos, os traços de personalidade atribuídos ao povo brasileiro para a construção do caráter nacional, como a bondade, a cordialidade, a afetividade, a docilidade e a submissão, como se evidencia em discurso proferido em 20/10/1940:

O brasileiro [...] é pacífico, hospitaleiro, compreensivo, de espírito ágil, inclinado aos atos nobres, generoso na luta, resistente na adversidade. Cultivadas e disciplinadas essas qualidades, fortalecidas pelo ideal de alcançarmos um estágio superior de civilização, será ele o homem do futuro, o homem apto a integrar-se numa vida social mais perfeita e feliz.<sup>45</sup>

As comemorações cívicas tinham, pois, um papel fundamental na construção da nacionalidade; o culto aos heróis nacionais e seus símbolos procurava transmitir aos cidadãos as noções patrióticas fundamentais para a preservação do regime que retomava estereótipos construídos em torno do comportamento do povo brasileiro. De acordo com Giralda Seyferth,<sup>46</sup> a campanha de nacionalização visava a «incutir sentimentos de brasilidade» através de solenidades e de festividades, como «palestras cívicas em clubes, estímulo à formação de grupos de escoteiros, exposição de retratos de heróis nacionais e diversas autoridades». Além disso, também se utilizavam «frases de efeito (“Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”)), afixadas em prédios públicos, hospitais,

<sup>44</sup> Schemes, *Festas cívicas e esportivas*.

<sup>45</sup> Getúlio Vargas, *As Diretrizes da Nova Política do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943), 338-339.

<sup>46</sup> Seyferth, *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*, 220-221.

sedes de associações recreativas etc. [...]»<sup>47</sup> em cinemas, juntamente com a exibição da bandeira nacional.<sup>48</sup>

Datas comemorativas, como o Dia da Bandeira, a Independência, a Proclamação da República, o Dia do Trabalhador e o aniversário de instalação do Estado Novo justificavam a organização de eventos. Entre essas datas, destacava-se o 7 de Setembro, a Independência do Brasil, em que, conforme os jornais da época, se observava intensa programação e divulgação da Semana da Pátria, festividade amplamente realizada no estado. Durante esse período, ocorria uma das medidas extraescolares aplicadas por Coelho de Souza, as «caravanas dos coloninhos», já citadas anteriormente neste artigo. Na Semana da Pátria do ano de 1939, por exemplo, após uma visita «surpresa» do Secretário da Educação a Campo Bom, um telegrama enviado ao professor Henrique Poll convidava quatro alunos para visitar a capital a partir do dia primeiro de setembro daquele ano, para acompanhar os festejos,<sup>49</sup> sendo que as crianças ficariam hospedadas na residência do interventor estadual.<sup>50</sup> O convite foi motivado pela inspeção realizada na escola, na qual não havia sido encontrado nenhum problema em relação à nacionalização do ensino.

A Semana da Pátria, cabe destacar, envolvia uma extensa programação na região, com hasteamento da bandeira nacional, baile da pátria, badalar dos sinos, desfiles, apresentações diversas, juramento da Infantaria Brasileira, jogos de futebol, campeonato de tiro, provas de atletismo, marcha com o fogo simbólico, inaugurações, entre outras. Em Novo Hamburgo, com a programação da Semana da Pátria, ocorria o hasteamento da bandeira nacional e a elaboração de vitrines temáticas nas lojas, sendo que as «mais bem adornadas com motivos patrióticos» recebiam um prêmio.<sup>51</sup> Solicitava-se, ainda, para a população de Novo Hamburgo «demonstrar, mais uma vez, o alto nível de seu civismo. **É necessário que o maior**

<sup>47</sup> Seyferth, *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*, 199-228.

<sup>48</sup> M. H., «Mais patriotismo», *Correio de São Leopoldo*, 7 de março de 1942, p. 1.

<sup>49</sup> Os quatro alunos eram Ivo Schirmer, Urbano Linden, Arno Willy Kerndoefer e Oscar Felipe Blos.

<sup>50</sup> «Dr. Coelho de Souza», *Correio de São Leopoldo*, 2 de setembro de 1939, p. 3.

<sup>51</sup> «Semana da pátria», *O 5 de Abril* (Novo Hamburgo), 23 de agosto de 1940, p. 1.

**número de residências seja enfeitada com bandeiras nacionais»<sup>52</sup>** (grifo do autor).

Em 1940, junto da programação envolvendo diversas atividades da Semana da Pátria, ocorreu o «Concurso de Brasilidade», com alunos dos «cursos secundários dos Colégios Jacó, Santa Catarina e Fundação Evangélica». Para tanto, os alunos fizeram uma prova sobre um dos três assuntos propostos: «Patriotismo», «A Terra Brasileira» e «Um homem nacional».<sup>53</sup> Tal concurso teve o «patrocínio e orientação» da Liga de Defesa Nacional. Ao todo, participaram 68 alunos, dos quais cinco receberam um «belo prêmio», os demais receberam uma «medalha com o dístico: «Ao vencedor. A Liga de Defesa Nacional».<sup>54</sup>

A iniciativa pela realização do concurso repercutiu positivamente, bem como a atuação do prefeito de Novo Hamburgo para com a «obra de nacionalização», pois dois jornais (*Diário de Notícias* e *A Nação*) teceram comentários sobre o evento.<sup>55</sup> O jornal *Diário de Notícias* publicou uma entrevista com o Capitão De Paranhos Antunes, que esteve presente na solenidade de entrega dos prêmios do Concurso de Brasilidade. De acordo com o entrevistado, o assunto sorteado para a prova fora Independência do Brasil e os alunos demonstraram um «grau muito elevado de conhecimentos de História Pátria e de português». Também indicou que havia uma preocupação com o município por ter sido colonizado por alemães, mas que, com o concurso, perceberam a integração da população ao País, já que «[...] este concurso trouxe a nós, da Liga de Defesa Nacional, um grande conforto por vermos uma população de origem alemã perfeitamente integrada nas tradições nacionais [...]».

Além do concurso, a Liga de Defesa Nacional também realizava outras atividades no município, como inauguração do retrato de Getúlio Vargas,<sup>56</sup> comícios e sessões de cinema. Conforme reportagem, o núcleo local da Liga de Defesa Nacional, que tinha como objetivo institucional

<sup>52</sup> «Semana da pátria», *O 5 de Abril* (Novo Hamburgo), 18 de agosto de 1939, p. 1.

<sup>53</sup> «Semana da pátria», *O 5 de Abril* (Novo Hamburgo), 6 de setembro de 1940, p. 1.

<sup>54</sup> «A liga da defesa nacional», *O 5 de Abril* (Novo Hamburgo), 20 de dezembro de 1940, p. 4.

<sup>55</sup> «Novo Hamburgo», *O 5 de Abril* (Novo Hamburgo), 17 de janeiro de 1941, p. 1.

<sup>56</sup> «A liga da defesa nacional e as datas cívicas», *O 5 de Abril* (Novo Hamburgo), 29 de maio de 1942, p. 1.

«difundir entre os brasileiros maiores reservas de brasilidade e de cultura do nosso povo», realizou exibição de filmes nacionais, «mostrando a exuberância, a beleza e o prodígio da terra brasileira; os momentos festivos da Pátria; oportunos filmes sobre assuntos de palpitante interesse nacional».<sup>57</sup>

Esses eventos eram momentos em que a população poderia demonstrar o apreço pelo Brasil, a integração da comunidade e, ao mesmo tempo, ser um incentivo à cultura e aos símbolos nacionais, para solidificar a brasilidade, a partir do envolvimento e da imersão em um ambiente festivo e brasileiro. Conforme correspondência encaminhada ao prefeito de São Leopoldo, «a Semana da Pátria, aqui, foi realmente, de uma imponência extraordinária, e estamos certos de que no coração de todos, ficaram bem gravados os sentimentos do mais sã patriotismo, e [...] bem elevado o conceito que de nós brasileiros [...]».<sup>58</sup>

Evidencia-se que o propósito dos eventos era formar verdadeiros brasileiros, estimular o patriotismo, aproximar a população do governo, educar a população e consolidar a identidade nacional. A brasilidade era difundida através do estímulo para hastear a bandeira nacional nas residências, do incentivo para participação de festividades relacionadas a datas comemorativas e das extensas programações e opções de eventos, tais como: apresentações de filme, inaugurações de praças, de museus e de monumentos que homenageavam heróis e figuras representativas da História do Brasil. Tais estratégias visavam a constituir os sentimentos de brasilidade, ao expor e relacionar o convívio de símbolos representativos da pátria e sua afinidade com as atitudes cívicas e patrióticas dos brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual região do Vale do Rio dos Sinos (RS) abrange grande parte do que era inicialmente a Colônia de São Leopoldo, local onde iniciou a colonização com imigrantes europeus no estado sul-rio-grandense, a partir de 1824. Devido a esse episódio, um século após o início da colonização, a região possuía forte influência dos imigrantes e descendentes de

<sup>57</sup> «Liga da defesa nacional», *O 5 de Abril* (Novo Hamburgo), 24 de julho de 1942, p. 2.

<sup>58</sup> João Correia «Carta a Theodomiro Porto da Fonseca», 8 de setembro de 1941, Correspondência, MHVSL.

alemães, que ali deixaram marcas de suas manifestações culturais, sobretudo o uso da língua de imigração, que era utilizada por parcela da população na sua comunicação cotidiana e como idioma de ensino em muitos estabelecimentos escolares.

Com o advento do Estado Novo (1937-1945) e sua Campanha de Nacionalização, esse cenário passou por mudanças. A partir de 1938, com o Decreto-Lei federal nº 406, a exigência do uso e do ensino do português trouxe alterações para o ambiente escolar, com a aplicação da nacionalização do ensino. Contudo, buscava-se abrigar toda a sociedade, ou seja, a nacionalização estava preocupada com toda a população brasileira, não somente aquela em idade escolar, e, para isso, fez uso de recursos pedagógicos, como as festividades e eventos, para ampliá-la a toda a população.

A partir das fontes utilizadas para a elaboração deste estudo, perceberam-se diversas transformações nos estabelecimentos de ensino, seja com a alteração do nome da escola ou a obrigação do ensino em português. A nacionalização atuou para muito além de simplesmente abrigar seu ensino e, conseqüentemente, seus alunos; a rotina foi modificada, alunos que falavam o idioma alemão, repentinamente, passaram a ter aulas em português, muitos professores que não se enquadravam nos critérios exigidos perderam seus cargos e escolas foram fechadas. Nesse contexto, a escola tornou-se um ambiente de receio, pois, a qualquer momento, poderia ser inspecionada. Cabe ressaltar que profissionais encarregados de fazer cumprir a nacionalização fizeram-se presentes a partir da vigilância do trabalho e da atuação do professor. Tal prerrogativa estava entre as orientações direcionadas aos subprefeitos do município leopoldense, que deveriam fiscalizar professores e inspecionar educandários da região. Além disso, a nacionalização do ensino fundava escolas em localidades onde elas ainda não existiam ou que estavam contempladas somente com colégios comunitários de cunho confessional e étnico. Dessa forma, ampliava a escolarização e possibilitava que mais crianças tivessem acesso à educação formal e gratuita.

A nacionalização também procurou incutir a brasilidade ao restante da população, educando-a para que todos se tornassem verdadeiros brasileiros. Para isso, utilizou diversos recursos, como frases incentivando a brasilidade, exibição de filmes, exposição de retratos de personalidades

históricas, além de empregar festividades e datas comemorativas, como a Semana da Pátria, para incentivar a cultura e a brasilidade. Nessa perspectiva, a educação tornava-se a base da nacionalização e, por isso, as medidas ocasionadas pela Campanha ocorreram tanto no âmbito do ensino escolar quanto do extraescolar, utilizando-a para formar cidadãos com padrões de civismo e de patriotismo, ensinando o amor à pátria e à brasilidade, visando à unidade nacional, executada e almejada pelo Estado Novo.

### **Nota sobre os autores**

FERNANDA GÄLZER POSSUI graduação em História pela Universidade Feevale e mestrado em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado Novo, nacionalização, imigração alemã, Vale do Rio dos Sinos e Segunda Guerra Mundial.

MAGNA LIMA MAGALHÃES possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestrado e doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é professora da Universidade Feevale, no PPG em Processos e Manifestações Culturais e do Curso de História. Líder do grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade e coordenadora do Centro de Documentação e Memória-Feevale. Tem experiência na área de História atuando principalmente nos seguintes temas: memória, história, identidade, associativismo negro. É autora do Livro *Associativismo Negro no Rio Grande do Sul* (2017).

CLAUDIA SCHEMES possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo e doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do RS. Professora dos cursos de graduação de História e Moda e do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS). Editora da Revista *Prâksis*. Tutora do Programa de Educação Tutorial - PET/Interdisciplinar Feevale, bolsista MEC/FNDE. Autora dos livros *Festas Cívicas e Esportivas: Um estudo comparativo dos governos Vargas e Perón* (Ed. Feevale, 2005); *Memória do Setor Coureiro-Calçadista: Pioneiros e Empreendedores do*

Vale do Rio dos Sinos (Ed. Feevale, 2003) entre outros. Atualmente desenvolve projetos de pesquisa na área de gênero e identidade.

## REFERÊNCIAS

- Alberti, Verena. «História dentro da História». Em *Fontes históricas*. [3. ed.], organizado por Carla Bassanezi Pinsky, 155-202. São Paulo, SP: Contexto, 2011.
- Bousquet Bomeny, Helena Maria. «Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo». Em *Repensando o Estado Novo*, organizado por Dulce Pandolfi, 137-166. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- Cancelli, Elisabeth. *O mundo da violência*. 2 ed., Brasília, DF: UnB, 1994.
- Capelato, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo, SP: Contexto, 1988.
- Gertz, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.
- Gomes, Angela de Castro. «Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo». Em *Escrita de si, escrita da História*, organizado por Angela de Castro Gomes, 7-25. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004.
- Habel, Jussara Maria. «Os nomes do Hunsrückisch: aspectos linguísticos e extralinguísticos da denominação de línguas de imigração. » *Entrepalavras*, 7, no. 2 (2017): 314-330.
- Kerber, Alessandra, Claudia Schemes e Cleber C Prodanov. «Memória das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo/RS». *Revista Brasileira de História da Educação* 12, no. 2 (2012): 139-170.
- Kreutz, Lucio. «A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino». Em *Nacionalização e imigração alemã*, organizado por Telmo Lauro Müller, 27-64. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- Kreutz, Lúcio. «Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945)». Em *Poiésis*, no. 5 (2010): 71-84.
- Luca, Tânia Regina de. «História dos, nos e por meio dos periódicos». Em *Fontes históricas*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky, 3. ed., 111-153. São Paulo, SP: Contexto, 2011.
- Malatian, Teresa. «Narrador, registro e arquivo». Em *O historiador e suas fontes*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca, 195-222, São Paulo, SP: Contexto, 2009.

- Müller, Telmo Lauro. «A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica». Em *Nacionalização e imigração alemã*, organizado por Telmo Lauro Müller, 65-74. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1994.
- Portelli, Alessandro. «História oral como gênero». *História e Oral – Projeto História*, no. 22 (2001): 9-36.
- Santos, Rodrigo Luís dos. «O nacionalismo brasileiro em uma área de imigração». Em *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, 13, no. 27 (2015): 217-231.
- Schemes, Claudia. *Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2005.
- Schwartzman, Simon, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa. *Tempos de Capanema*. São Paulo, SP: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- Seyferth, Giralda. «Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo». Em *Repensando o Estado Novo*, organizado por Dulce Pandolfi, 199-228. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- Thompson, Paul. *A Voz do Passado*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- Vargas, Getúlio. *As Diretrizes da Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943.